

Collor tenta hoje resolver impasse da dívida externa

JORNAL DE BRASÍLIA

20 MAR 1991

O presidente Fernando Collor reúne hoje à tarde a equipe econômica para discutir o impasse surgido no final da semana passada nas negociações da dívida externa que se desenvolvem em Nova Iorque. Ao longo da semana passada, o governo brasileiro e os credores haviam chegado à moldura básica de um acordo em torno do pagamento dos US\$ 8 bilhões de juros atrasados acumulados até dezembro mas, na sexta-feira, alguns bancos que integram o comitê de negociação endureceram suas posições em relação a alguns pontos da discussão.

Essencialmente, segundo uma fonte do governo, esses bancos querem receber no prazo mais curto possível os juros devidos pelo Brasil. Eles concordam em converter a maior parte dos atrasados em bônus de médio prazo, mas querem que esses papéis rendam juros de mercado e não estão dispostos a conceder uma carência de cinco anos, como deseja o governo. Aham também que a proposta brasileira de pagar apenas US\$ 1,5 bilhão dos atrasados em dinheiro é insuficiente. Os bancos mais intransigentes são minoria no comitê dos credores, mas como nenhum acordo poderá ser fechado sem a concordância de todos os seus integrantes, a negociação acabou emperrada.

Dificuldades

Apesar das dificuldades em fechar um acordo ainda este mês, como se chegou a prever na semana passada, uma parte da equipe que

participa das negociações mantém seu otimismo. Um dos técnicos do governo lembra que já está acertado que os bônus que servirão para pagar os atrasados só serão emitidos quando o governo e os credores chegarem a um acordo sobre o total da dívida externa de US\$ 54 bilhões junto aos bancos. Além disso, os credores já concordaram com um prazo superior a 9 anos para esses papéis, aproximando-se da proposta brasileira, que é de 12 anos.

As dificuldades enfrentadas em Nova Iorque pela equipe chefiada pelo embaixador Jório Dauster coincidiram também com a decisão adotada na semana passada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de adiar o exame de dois pedidos de empréstimo feitos pelo Brasil. O adiamento foi interpretado pela equipe econômica como uma forma velada de pressão do governo americano, que tem maioria de votos no BID, para que os negociadores brasileiros aceitem rapidamente um acordo.

Hoje a diretoria da instituição volta a examinar os pedidos de empréstimo, cujo valor total é de US\$ 452 milhões. Por essa razão, as atenções da equipe econômica, durante a reunião com o presidente Collor estarão voltadas não apenas para as discussões que se desenvolvem em Nova Iorque mas também para os sinais que serão emitidos de Washington, onde se encontra a sede do BID. Um novo adiamento será uma má notícia para o governo.